

Peter Spink e Roberta Clemente

organizadores

20 EXPERIÊNCIAS

DE GESTÃO PÚBLICA

E CIDADANIA

Fundação Getulio Vargas

Editora

Copyright © Peter Spink e Roberta Clemente

Direitos desta edição reservados à  
EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar  
22253-900 – Rio de Janeiro – Brasil  
Tel.: (021) 536-9110 – Fax: (021) 536-9155  
e-mail: [editora@fgv.br](mailto:editora@fgv.br)  
Web site: <http://www.fgv.br/fgv/publicacao/livros.htm>

Impresso no Brasil / *Printed in Brasil*

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

1ª edição – 1997

*Revisão de originais:* Maria Izabel Penna Buarque de Almeida  
*Editoração eletrônica:* Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza e Simone Ranna  
*Revisão:* Aleidis de Beltran e Fátima Caroni  
*Produção gráfica:* Helio Lourenço Netto

*Capa:* Tira Linhas Studio

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Fundação Getulio Vargas

20 experiências de gestão pública e cidadania/  
Peter Spink e Roberta Clemente, orgs./Rio de Janeiro:  
Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

188p. – (Coleção FGV Prática)

1. Projetos comunitários – Brasil. 2. Projetos de desenvolvimento – Brasil. I. Spink, Peter, 1926 – II. Clemente, Roberta. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Série.

CDD-338.981

ACRE

### **A Casa Rosa Mulher: uma estrela na escuridão.**

Ana Alice Alcântara Costa\*

A Casa Rosa Mulher, criada pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, em maio de 1994, atendendo a uma reivindicação do movimento de mulheres do Acre, é hoje uma realidade importante no âmbito das políticas públicas voltadas para as mulheres. Uma experiência a ser seguida por outras administrações municipais e estaduais.

A crise do extrativismo da borracha e o processo de expansão da agropecuária, trazendo a especulação fundiária, trouxeram também os conflitos entre seringueiros e posseiros, de um lado, e novos proprietários e seus agentes do outro. Todo este contexto acirrou o êxodo rural, inchando a periferia de Rio Branco, formando um cinturão de miséria, desordenado e sem qualquer infra-estrutura adequada para receber estes novos residentes. “São dessas famílias que provém parte significativa das crianças, adolescentes e mulheres que vivem em situação de risco social”.<sup>1</sup>

Segundo pesquisa realizada pela Universidade Federal do Acre (PESACRE / UFAC), havia em 1992, 3 mil prostitutas em Rio Branco na faixa etária de 10 a 16 anos. A maioria foi expulsa de seus lares ou abandonada pelas famílias e obrigada a prostituir-se para sobreviver, envolvida no uso e/ou no tráfico de drogas.

Por outro lado, a única unidade Hospitalar de atendimento ginecológico e obstétrico registrou, no período de janeiro de 1985 a abril de 1993, 9.143 partos e 309 abortos e curetagens em meninas e adolescentes entre 10 e 17 anos, um dos maiores índices de gravidez na adolescência registrado no país.

Em 1992, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre realizou a *Pesquisa sobre a violência física e sexual contra a mulher*, onde constatou que esses índices são alarmantes e crescentes.

---

\* Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (órgão suplementar da mesma instituição) e doutora em sociologia política pela Universidad nacional Autónoma de México.

<sup>1</sup> CDDHEP, 1992.

Em 1993, em função do grande número de denúncias e reportagens realizadas na imprensa nacional sobre a prostituição infantil no Acre, a Câmara Municipal de Rio Branco criou a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a prostituição de crianças e adolescentes, para investigar as denúncias. Segundo pesquisa realizada por essa CPI, entre 120 meninas e adolescentes prostituídas, constatou-se que 100% não tinham conhecimento dos riscos, dos cuidados e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e que apenas 10% usavam preservativos, por exigência dos parceiros mais freqüentes. Segundo essa mesma CPI, na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente havia registro de 1.500 desaparecimentos, sendo que 75% eram adolescentes do sexo feminino. Desaparecimentos resultantes sempre de fugas para outros estados, em especial para as áreas de garimpo de Porto Velho, onde as meninas são vítimas das mais aviltantes formas de violência, chegando a ser vendidas nos prostíbulos e boates de Porto Velho por quantias que variam de R\$ 50,00 a R\$ 500,00, rateados entre os diversos agenciadores. Nesse “negócio”, as virgens têm cotação especial: nos garimpos sua cotação pode variar de R\$ 100,00 a R\$ 1.000,00 a depender da beleza física.

A prostituição e a violência não atingem somente as meninas em condição de pobreza. As “garotas de programa”, meninas da classe média, embaladas em sonhos de ascensão rápida, proliferam na cidade, agenciadas para empresários, fazendeiros, políticos e profissionais autônomos, leiloadas nos “desfiles de corpos” onde meninas de até 15 anos são expostas quase desnudas.

A violência contra as mulheres atinge índices alarmantes. Só em 1992, com uma população de 196 mil habitantes, a cidade de Rio Branco registrou 15 assassinatos de mulheres. Desses, 10 perpetrados por maridos, namorados, amantes e ex-amantes das vítimas. Nos casos registrados nos anos de 1991 e 1992, a violência doméstica correspondeu a 73,13 e 68,4%, respectivamente. Espancamentos e tentativas de homicídio lideraram os principais tipos de violência e os estupros ocuparam o terceiro lugar neste *ranking*.

Por outro lado, a falta de profissionalização deixa à margem do mercado de trabalho milhares de mulheres que vivem em situação de extrema pobreza, onde a prostituição é a única forma de sobrevivência para si e sua família.

E não é por outro motivo que, desde o seu surgimento nos anos 80, o movimento das mulheres no Acre tem atuado no sentido de combater esses altos índices de

violência contra a mulher e apontado a necessidade da implantação de políticas públicas específicas para as mulheres.

Em 1992, com a posse do prefeito Jorge Viana, eleito através da Frente Popular, as mulheres atuantes nas diversas organizações políticas e sociais, conscientes de que este era o momento ímpar de participação da comunidade na definição de políticas públicas por parte do poder local, articularam-se na luta pela criação de um espaço de atendimento e prestação de serviços às mulheres em situação de violência.

Em 1993, apoiada no relatório da CPI sobre a prostituição de crianças e adolescentes da Câmara Municipal de Rio Branco, a prefeitura encaminhou ao Ministério do Bem-Estar Social o Programa de Reintegração Familiar, onde um dos objetivos principais era a implantação da Casa Rosa Mulher. Ainda em setembro desse ano, foi realizado um seminário com o objetivo de buscar subsídios para a elaboração de políticas públicas de atendimento integral às meninas e adolescentes que vivem da prostituição.

Finalmente, em maio de 1994, é inaugurada a Casa Rosa Mulher, que imediatamente passou a atender ininterruptamente à sua clientela: adolescentes e mulheres, especialmente as que vivem em situação de violência e risco social.

Desde então, a Casa Rosa Mulher tem funcionado como um setor da Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de Rio Branco e conta com o apoio de vários organismos financiadores federais e internacionais.

Através do atendimento jurídico, psicológico, de saúde e arte-educação, visando a resgatar a valorização da mulher e sua auto-estima, rompendo o ciclo da violência de que é vítima e reconstruindo sua identidade de gênero, a Casa Rosa Mulher tem-se constituído no espaço principal da transformação desse quadro de violência e miséria em que vive a mulher acreana.

Com apoio de uma equipe multidisciplinar (advogada, assistente social, psicóloga, enfermeira, médico, arte-educadora, etc.), a Casa Rosa Mulher tem desenvolvido seus esforços no sentido de atender a três clientelas básicas: mulheres prostituídas, mulheres de baixa renda e adolescentes. Estes esforços se materializam através de: atendimento individual ou em grupo; visitas domiciliares; campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS nos locais de trabalho e moradia na rede pública de ensino; campanhas de promoção da cidadania, através do esclarecimento dos direitos das mulheres, da assessoria jurídica e do encaminhamento de ações judiciais; atendimento médico-ginecológico especializado; capacitação

profissional; informação antidroga; programas culturais e de lazer com vistas à valorização e auto-estima da mulher; encaminhamentos dos filhos das mulheres atendidas às escolas, creches e programas especiais para crianças e adolescentes mantidos pela prefeitura.

Todo esse esforço tem trazido como recompensa a transformação da Casa Rosa Mulher em um ponto de referência efetiva no trabalho com mulheres e adolescentes, merecendo, assim, o reconhecimento por parte da comunidade. Este reconhecimento pode ser comprovado através dos índices referentes ao atendimento e serviços prestados às mulheres, que registram uma ampliação contínua da demanda, no aumento do número de trabalhadores voluntários e, em especial, no aumento do número de parceiros e entidades conveniadas.

Merece destaque o intenso trabalho realizado nas áreas de prostituição da cidade. No sentido de cumprir um dos seus objetivos, desde a implantação do projeto a casa tem buscado estabelecer uma linha de proximidade muito forte com as mulheres trabalhadoras do sexo. Nessa atividade, tem sido fundamental a atuação de duas mulheres (Isa e Pequena-Marli), que possibilitaram o acesso do pessoal técnico da casa às áreas de prostituição da cidade e o desenvolvimento de programas de prevenção de DST e AIDS, combate à violência, esclarecimento sobre direitos civis e atendimento médico-ginecológico.

Hoje organizadas através do Grupo Rosa Mulher, muitas das profissionais do sexo atuam como agentes multiplicadoras nesses programas de prevenção, possibilitando, assim, o resgate do seu papel como cidadãs. O sucesso dessa prática garantiu para a Casa Rosa Mulher o reconhecimento por parte dessas mulheres que passaram a vê-la como um espaço privilegiado da construção de sua cidadania, já que aí encontram apoio jurídico e emocional, um tratamento médico não-discriminador e respeitoso e, em especial, sua valorização como mulheres.

Mas essa prática de respeito e reconhecimento da cidadania dessas prostitutas não passaria incólume pelos setores conservadores da cidade, que logo passaram a identificar a Casa Rosa Mulher com a prostituição e a transformou num motivo político de ataque à administração municipal. As “moças de família” não podiam freqüentar as atividades da casa, para não serem confundidas com as prostitutas. Isso fez com que, no seu primeiro ano, o projeto tivesse de enfrentar a oposição, o rechaço e os preconceitos da sociedade local.

A Casa Rosa Mulher conseguiu romper com esse estereótipo, mudando não só a visão da casa, mas a própria visão a respeito das prostitutas. Conjuntamente, freqüentam cursos de cabeleireiros, corte e costura, manicura, etc., famosas profissionais do sexo e meninas, adolescentes e senhoras de todas as classes sociais. Nas filas para serem atendidas no salão, juntam-se indiscriminadamente mulheres de idades, classes, profissões, experiências e histórias de vida distintas. Na Casa Rosa Mulher, todas são apenas mulheres. Todas querem ficar belas, independentemente dos preconceitos.

O Programa Casa Rosa Mulher é a primeira experiência de política pública para as mulheres no estado do Acre. O mesmo pode ser dito para toda a região Norte. Não há registro de qualquer programa específico para as mulheres, à exceção das delegacias especiais de atendimento à mulher, com objetivos e área de abrangência limitados. Nem mesmo os conselhos municipais da condição feminina na região têm conseguido implementar propostas de tal magnitude.

A Casa Rosa Mulher constitui uma proposta inovadora também nos seus objetivos, na sua prática de trabalho e na relação de parceria e não-subordinação que tem conseguido estabelecer com sua clientela. Suas profissionais tratam com o mesmo carinho e respeito a senhora da classe média, que vem atuar no papel de cliente nos cursos de manicura e cabeleireiro e a prostituta enferma, que vem em busca de serviços do dr. Julinho ou da orientação da Francisca, a enfermeira voluntária. A partir de uma nova forma de atuar junto às mulheres, na busca da superação dos preconceitos, no resgate da sua dignidade e na valorização da auto-estima de cada mulher, a casa constitui, hoje, uma experiência a ser seguida.

A casa tem também conseguido acompanhar e buscar soluções para novas demandas que vão surgindo no desenvolver de suas atividades. Um exemplo tem sido a implantação de programas específicos voltados para as crianças, como os cursos de capoeira, os grupos de leitura, a fábrica de bonecos e esportes. Essa foi uma solicitação das próprias crianças do bairro onde está localizada a casa e dos filhos das mulheres que por algum motivo a freqüentam.

Por parte do público-alvo, a melhor é a realizada por uma profissional do sexo ao afirmar:

“A casa surgiu como uma estrela na escuridão para iluminar as mulheres. Abriu um espaço de relacionamento com a sociedade. As mulheres eram como bicho do mato, como uma doença contagiosa que os advogados, os

juízes, os políticos (...) não podiam se relacionar. Agora eu sou alguém, eu posso chegar perto das autoridades, do prefeito, dos secretários (...) Todos passaram a enxergar a gente, tratam com o coração. E a Casa Rosa Mulher é esse coração de mãe”.

Seguindo a tendência geral das prefeituras municipais brasileiras, sufocadas em meio a uma crise econômica violenta e perversa, a prefeitura de Rio Branco tem se lançado aguerridamente na busca de parceiros que possam colaborar na implantação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população e a Casa Rosa Mulher é um exemplo que tem dado certo. Desde sua criação, a casa tem contado com o apoio financeiro (através de projetos específicos) de organismos e programas de governo federal (Ministério da Cultura, do Bem Estar Social, da Saúde, Comunidade Solidária, etc.), de organismos internacionais como o UNICEF e o Fundo Canadá e de diversas organizações não-governamentais (IBAM, CBIA, Rede Acreana de Mulheres, CDDHEP, SESC, SENAC, etc.).

Lançando mão do trabalho voluntário ou da colaboração de outras instituições, o Projeto Casa Rosa Mulher tem conseguido ultrapassar as metas previstas. Exemplos são os diversos cursos profissionalizantes, onde os recursos provenientes dos convênios foram utilizados para compra de equipamentos, e o material de consumo é garantido pelo próprio trabalho das alunas. Cobrando taxas simbólicas pelos serviços prestados, muitos cursos conseguem sustentar-se. Essa taxa, por estar muito aquém dos preços de mercado, garante uma clientela constante, disposta a entregar seus cabelos e suas mãos ao aprendizado das alunas, sob a eficiente supervisão das professoras. Todos os recursos arrecadados nessa prestação de serviços são utilizados na compra de produtos e utensílios necessários a esses treinamentos. A promoção de feiras tem sido o principal instrumento utilizado para a venda dos produtos dos outros cursos, como roupas, artesanato, comida, bijuterias, brinquedos, detergentes, etc.

O Projeto Casa Rosa Mulher tem também conseguido otimizar os recursos provenientes das diversas instituições conveniadas, buscando baratear os custos sempre que possível, sem prejudicar a proposta, conseguindo, assim, atingir metas além das previstas originalmente. Um exemplo é o convênio realizado com o Ministério da Cultura, que previa a construção de um espaço próprio para a realização de diversas atividades culturais, como os cursos de dança para mulheres e adolescentes, capoeira e grupos de teatro. Utilizando a madeira abundante e barata da região, conseguiu-se



construir outro espaço mais adequado de atendimento e treinamentos, o Núcleo Casa Rosa Mulher, inaugurado no dia 29 de abril de 1997.

Nesse novo espaço, que significou outra frente de atuação do projeto, funcionam oficinas de corte e costura, cabeleireiro, crochê, grupos de teatro, dança e capoeira. Todos os espaços são bem planejados estruturalmente e têm aproveitamento perfeito. Essa área de treinamento se complementa com a existência de equipamentos básicos suficientes para garantir um bom aproveitamento por parte da clientela.

Como a equipe técnica é mantida com recursos da prefeitura, os recursos provenientes de convênios são utilizados na compra de equipamentos, no pagamento de instrutores e em atividades específicas. Dadas as características específicas do projeto, voltado para a assistência e capacitação de mulheres, é pouco provável que consiga auto-sustentação. A solução tem sido buscar parcerias, não só no sentido de diminuir o peso orçamentário da prefeitura, mas também no de buscar atingir um número crescente de mulheres, ampliando a abrangência do projeto.

A experiência da Casa Rosa Mulher, desenvolvida pela Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura de Rio Branco, pode ser considerada um grande sucesso na área de políticas públicas voltadas para a população feminina, na medida em que, apesar do seu pouco tempo de existência, conseguiu o reconhecimento da população. Essa é uma experiência a ser reproduzida nas grandes e médias cidades, onde a população feminina vive à margem do processo de criação de riquezas. Esse, certamente, será um projeto que contará com o apoio do movimento organizado de mulheres.

### **Referências bibliográficas**

CDDHEP. Violência física e sexual contra mulheres em Rio Branco. Rio Branco, 1992. (Relatório de Pesquisa).

Câmara Municipal de Rio Branco. *Onde estão nossas meninas?* Rio Branco, 1993. (Relatório da CPI sobre a Prostituição de Crianças e Adolescentes).

Casa Rosa Mulher. Relatório de atividades. Rio Branco, 1995.

Materiais de divulgação da Casa Rosa Mulher.